

Comunicado de Imprensa

SDPA DENUNCIA GESTÃO ERRÁTICA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES NO QUE AO RECRUTAMENTO DE PESSOAL DOCENTE RESPEITA

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) denuncia a ilegalidade que persiste na Região Autónoma dos Açores no respeitante à contratação sucessiva de docentes a termo resolutivo por parte do Governo Regional, que reiteradamente incumprir com o determinado na Diretiva Comunitária 1999/70/CE, do Conselho, de 28 de junho de 1999, quanto à limitação da contratação de trabalhadores a termo resolutivo.

Concluído o processo de colocação de docentes no contexto do sistema educativo público dos Açores, que permitirá que o ano letivo 2018/2019 possa ter início, entende o SDPA ser oportuno proceder à análise global dos diversos procedimentos concursais de colocação de professores e educadores de infância ocorridos, incidindo nas quatro modalidades que o concurso compreende, a saber: interno e externo de provimento, interno de afetação e contratação a termo resolutivo.

1. A realização do **Concurso Interno de Provimento** em 2018 permitiu que 258 docentes mudassem de escola, em aproximação ao seu local de residência, com o consequente benefício a nível da estabilidade do quadro de pessoal na Região. No entanto, na decorrência deste procedimento concursal foram extintos 5 lugares do quadro de escola, em consequência da identificação de um número elevado de vagas negativas (59) face ao mediano número de vagas positivas (214) autorizadas pelo vice-presidente do Governo Regional dos Açores, tendo em consideração que, no ano escolar anterior, 117 docentes dos quadros das escolas da Região passaram a integrar os quadros das escolas sob a alçada do Ministério da Educação.

2. A realização do procedimento concursal **Externo de Provimento**, respeitante ao ano escolar 2018/2019, pouco mais do que permitiu repor, no sistema educativo público regional, o número de docentes que integravam os quadros das escolas da Região, por virtude de somente 173 docentes terem obtido vinculação em lugar do quadro de escola, consequência do mediano número de vagas (183) disponibilizadas a concurso, remanescentes do procedimento concursal Interno de Provimento – situação tanto mais incompreensível quando se constata o facto de a Secretaria Regional da Educação e Cultura ter necessidade de recrutar, em sede de concurso de oferta de emprego, realizado no término do mês de agosto (dia 29), um montante três vezes superior de docentes relativamente a este quantitativo, mais precisamente 565 docentes, contratados a termo resolutivo, na perpetuação, que o Governo Regional dos Açores impõe, a todos estes docentes, de um vínculo precário de trabalho.

A prevalência, na Região, de um número excessivo de docentes em situação de precariedade laboral – a rondar índices na ordem dos 20% – torna-se particularmente inaceitável quando, comparativamente, se assiste, a nível nacional, e em relação ao mesmo ano escolar de 2018/2019 – e à semelhança do ocorrido no ano escolar anterior –, à integração em lugar do quadro de escola de um montante próximo dos 3500 docentes, mais precisamente 3484 professores e educadores de infância, em resultado do cumprimento do limite à contratação sucessiva de docentes, no respeito pela Diretiva Comunitária n.º 1999/70/CE, do Conselho, de 28 de junho de 1999 – que promoveu a vinculação de 1235 docentes –, e da realização de um concurso externo extraordinário em 2018, por via do qual foram integrados em lugar do quadro de escola 2249 docentes.

A persistência do quadro de ilegalidade vigente nos Açores, no que à contratação de docentes a termo resolutivo respeita, fator principal da inaceitável condição de precariedade laboral em que se encontram centenas e centenas de docentes nas diversas ilhas do arquipélago açoriano, decorre da inexistência, nesta Região Autónoma, de qualquer norma limitativa da contratação sucessiva, num provocatório desrespeito pelo cumprimento daquela Diretiva Comunitária, que impõe aos docentes que exercem na Região, que possam estar décadas a fio ao serviço do sistema educativo público regional, a coberto de sucessivos contratos de trabalho a termo resolutivo. Até porque, se o Governo Regional adotasse nos Açores legislação na linha da que tem sido implementada pelo Ministério da Educação, seriam integrados nos quadros das escolas da Região mais de 500 professores e educadores de infância.

3. Na decorrência da realização do **Concurso Interno de Afetação** 448 docentes puderam usufruir da mobilidade que lhes permitiu serem colocados numa escola mais próxima da sua residência – o que constitui motivo de satisfação para o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores.

Todavia, este procedimento concursal ficou ainda marcado pelo surgimento de um número significativo de situações em que docentes que haviam obtido colocação em lugar do quadro de escola em 2016, com graduação profissional superior, foram remetidos para uma inaceitável 8.ª prioridade, e assim ultrapassados por docentes com inferior graduação profissional, integrados em lugar do quadro em resultado dos concursos externos de provimento de 2017 e 2018. Situações resultantes da aplicação das normas transitórias do concurso, que foram aprovadas – e que mereceram a enérgica contestação do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores –, e que foram, também, consequência da interpretação discricionária das regras fixadas no Regulamento de Concurso do Pessoal Docente – em violação dos princípios constitucionalmente consagrados da justiça e da razoabilidade, e do princípio legal do tratamento mais adequado.

4. Em similitude com o que tem ocorrido nos últimos anos, chegados ao final do mês de agosto de 2018, teve, ainda e novamente, o Governo Regional dos Açores necessidade de recrutar, por via do **Concurso de Oferta de Emprego**, mais de seis centenas de professores e educadores de infância, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, a fim de poder garantir o regular arranque do ano letivo com a lecionação das aulas aos alunos açorianos.

Perante a colocação, nas escolas na dependência do Ministério da Educação, de cerca de duzentos e vinte professores e educadores de infância, que pertenciam aos quadros das escolas da Região (117 docentes em 2017/2018, 101 docentes em 2018/2019), e face à integração em lugar do quadro de escola de somente 173 docentes, e tendo ainda presente a contratação a termo resolutivo, em agosto de 2018, de um número inferior em cerca de uma centena de docentes (565) ao montante relativo aos anos escolares anteriores (685, em 2016/2017 e 689, em 2017/2018), correto será concluir-se ter o Governo Regional dos Açores admitido, até às vésperas do arranque do ano letivo 2018/2019, menos cerca de centena e meia de professores e educadores de infância para o sistema educativo público regional, por comparação com o que ocorreu nos anos escolares precedentes. Situação que estará, em parte, relacionada com a diminuição do número de alunos nas escolas da Região, mas que, no entender

deste Sindicato não justifica uma diferença tão acentuada do montante de docentes admitidos nas escolas do arquipélago, pelo que irá o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores ficar particularmente atento relativamente ao número de horários anuais – completos e incompletos – que poderão vir a ser lançados nos próximos dias.

5. Procedendo-se a uma análise mais incisiva relativamente às colocações de professores e educadores de infância, realizadas no ocaso do mês de agosto de 2018, na decorrência dos concursos **Interno de Afetação** e de **Oferta de Emprego**, e centrando o enfoque nos grupos de recrutamento e nas escolas da Região, fácil é constatar a errática gestão que tem sido concretizada pelo Governo Regional, no que ao recrutamento do pessoal docente respeita.

Fazendo incidir a análise por grupos de recrutamento, constata-se que apesar de em alguns grupos de docência não terem sido vinculados em lugar do quadro de escola quaisquer docentes ou de o seu número ter sido manifestamente residual, teve o Governo Regional necessidade de admitir, em regime de contratação a termo resolutivo, um quantitativo considerável de professores. São disso exemplo os grupos de recrutamento de Educação Física (260), do 2.º Ciclo do Ensino Básico – em relação ao qual, face à ausência de integração de qualquer professor em lugar do quadro, se mostrou necessário recrutar, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo, 19 docentes –; ou os grupos de recrutamento de Educação Especial do 1.º Ciclo do Ensino Básico (111) – 6 vinculados contra 20 educadores de infância contratados a termo resolutivo –, de Matemática e Ciências da Natureza (230), do 2.º Ciclo do Ensino Básico – 3 contra 38 professores –, e de Educação Visual e Tecnológica (240), também do 2.º Ciclo do Ensino Básico – com 7 contra 20 docentes –, ou ainda dos grupos de recrutamento de Português (300), Francês (320), Inglês (330), História (400), Geografia (420), Economia e Contabilidade (430), Matemática (500), Física e Química (510), Biologia e Geologia (520), Informática (550), ou de Educação Física (620), todos do 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, respetivamente com 11|43, 6|21, 6|20, 8|30, 8|30, 2|19, 3|34, 1|21, 4|21, 4|23 e 1|26, professores vinculados por oposição aos docentes contratados a termo.

Direcionando a mira para o que aconteceu a nível das escolas, no âmbito do recrutamento de pessoal docente em sede de Concurso Interno de Afetação e de Concurso de Contratação a Termo Resolutivo, rapidamente emergem as situações das escolas da Região relativamente às quais os respetivos quadros

de pessoal estão manifestamente subdimensionados, pelo que se impunha que em relação às mesmas se procedesse ao acréscimo do número de vagas em lugar do quadro. Revelam-se exemplos maiores a Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo (68 colocações) – 47 colocações em 2016, 63 em 2017 –, a Escola Básica e Secundária de Santa Maria (42 colocações) – 22 colocações em 2016, 40 em 2017 –, a Escola Secundária Domingos Rebelo (41 colocações) – 51 colocações em 2016, 47 em 2017 –, ou a Escola Básica e Secundária Tomás de Borba (40 colocações) – 47 colocações em 2016, 46 em 2017 –, apenas para citar as escolas nas quais foram colocados 40 ou mais docentes.

A Direção, aos 17-09-2018